



CONTRADIÇÕES URBANAS E
JURÍDICO-INSTITUCIONAIS DO PROGRAMA
MINHA CASA, MINHA VIDA

FAIXA 1 (2009-2020)

UMA ANÁLISE DA AÇÃO GOVERNAMENTAL

LIKEM EDSON SILVA DE JESUS

Prefácio Janaina Zito Losada

Apresentação Carolina Bessa Ferreira de Oliveira

**CONTRADIÇÕES
URBANAS E JURÍDICO-
INSTITUCIONAIS DO
PROGRAMA MINHA
CASA, MINHA VIDA –
FAIXA 1 (2009-2020)**

**Uma análise da ação
governamental**

Prefácio

Janaina Zito Losada

Apresentação

Carolina Bessa Ferreira de Oliveira

12

Área específica

DIREITO URBANÍSTICO.

Áreas afins do livro

URBANISMO. POLÍTICAS PÚBLICAS.
CIÊNCIA POLÍTICA.

Palavras-chave

PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA. DIREITO
À CIDADE. POLÍTICAS HABITACIONAIS. DIREITO
URBANÍSTICO. DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS.

“Morar dignamente e viver a cidade: a que(m) será que se destina? Acessar moradia por meio de programas estatais/governamentais e desvendar suas contradições: que atores e ações condicionam sua realização? Na melhor perspectiva que a interdisciplinaridade e a práxis crítica nos ensinam, Likem de Jesus mergulha nos documentos, normativas, indicadores, pesquisas anteriores, contextos institucionais e na história acerca do Programa Minha Casa, Minha Vida, desde a sua criação, até a sua inflexão e descontinuidade. O livro se soma ao conjunto de produções virtuosas inscritas no campo da abordagem Direito e Políticas Públicas, enaltece a obra e o referencial teórico-metodológico construído pela Professora Maria Paula Dallari Bucci e deixa um relevante legado acadêmico e social para as análises do Programa, sob um prisma interdisciplinar, crítico e interseccional, contribuindo competentemente para a compreensão dos sentidos iniciais, percursos e impactos atuais dessa política pública e da construção da cidadania no Brasil a partir do debate sobre o acesso à moradia e à cidade.” (trecho da apresentação)

Carolina Bessa Ferreira de Oliveira

Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo.

Professora Adjunta da Universidade Federal do Sul da Bahia.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

J58c Jesus, Likem Edson Silva de
Contradições urbanas e jurídico-institucionais do Programa Minha Casa, Minha Vida - Faixa 1 (2009-2020): uma análise da ação governamental / Likem Edson Silva de Jesus. Belo Horizonte: Fórum, 2024. (Coleção Fórum Direito e Políticas Públicas, v. 12).
238p. 14,5x21,5cm

(Coleção Fórum Direito e Políticas Públicas, v. 12).
ISBN 978-65-5518-663-5
ISBN da coleção: 978-65-5518-447-1

1. Programa Minha Casa, Minha Vida. 2. Direito à cidade. 3. Políticas habitacionais. 4. Direito urbanístico. 5. Direito e políticas públicas. I. Título.

CDD: 340
CDU: 34

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

JESUS, Likem Edson Silva de. *Contradições urbanas e jurídico-institucionais do Programa Minha Casa, Minha Vida - Faixa 1 (2009-2020): uma análise da ação governamental*. Belo Horizonte: Fórum, 2024. 238p. ISBN 978-65-5518-663-5. (Coleção Fórum Direito e Políticas Públicas, v. 12).

Likem Edson Silva de Jesus

Doutor e Mestre em Estado e Sociedade pela Universidade Federal do Sul da Bahia. Especialista em Direito Público pela Universidade Candido Mendes. Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Santa Cruz. Advogado, professor, pesquisador e extensionista.

PREFÁCIO	
Janaina Zito Losada	13
APRESENTAÇÃO	
Carolina Bessa Ferreira de Oliveira	17
INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO 1	
O DIREITO À CIDADE: APROXIMAÇÕES EM TORNO DE UM CONCEITO	33
1.1 Uma dimensão jurídica do direito à cidade é possível? Uma análise do caso brasileiro a partir da Constituição Federal de 1988	40
1.2 A moradia como pressuposto do direito à cidade: entre a sua afirmação enquanto direito social e a sua transformação em mercadoria	54
CAPÍTULO 2	
O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA, A QUE SERÁ QUE SE DESTINAVA? UMA LEITURA A PARTIR DO GOVERNO E DO EXERCÍCIO DO PODER POLÍTICO	59
2.1 A centralidade política da política pública e na tomada de decisão do governo: o plano macroinstitucional	65
2.1.1 Do Banco Nacional de Habitação ao Programa Minha Casa, Minha Vida: notas de uma memória institucional	66
2.1.2 A legitimação democrática da decisão: o governo em relação com a política, a economia e a Administração Pública	96
CAPÍTULO 3	
A GRAMÁTICA JURÍDICA DOS PROCESSOS E DOS SENTIDOS DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA: O PLANO MICROINSTITUCIONAL	103
3.1 A tradução normativa da decisão governamental (ou como são e deixam de ser produzidos os direitos pelo Programa Minha Casa, Minha Vida)	111
3.1.1 Escala, público-alvo e alocação de recursos: a habitação entra no circuito da troca e se generaliza na sua dimensão de mercadoria	131
3.1.2 A articulação entre os agentes governamentais e não governamentais no PMCMV: o poder de decidir sobre a cidade nas mãos do mercado	149
CAPÍTULO 4	
A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO PELO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA	159
4.1 O papel dos municípios e a seleção dos/as beneficiários/as do Programa: critérios de inclusão para a reconfiguração de espaços periféricos e a reprodução da urbanização capitalista ..	177
4.2 Qual cidade para quais sujeitas? Repensando o direito à cidade a partir da interseccionalidade.....	196
CONCLUSÕES: PISTAS PARA A CONSTRUÇÃO DE NOVAS CENTRALIDADES URBANAS A PARTIR DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS.....	211
REFERÊNCIAS.....	219